

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LETÍCIA DE OLIVEIRA MOTA

**POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EIXO
POLÍTICO-ORGANIZATIVO: A necessária relação da ação profissional com as
lutas da classe trabalhadora**

FLORIANÓPOLIS

2015

LETÍCIA DE OLIVEIRA MOTA

**POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EIXO
POLÍTICO-ORGANIZATIVO: A necessária relação da ação profissional com as
lutas da classe trabalhadora**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. MSc. Samira Safadi Bastos

FLORINÓPOLIS

2015

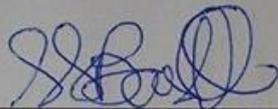
LETÍCIA DE OLIVEIRA MOTA

**POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EIXO
POLÍTICO-ORGANIZATIVO: A necessária relação da ação profissional com as
lutas da classe trabalhadora**

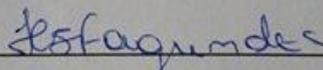
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 23 de outubro de 2015.

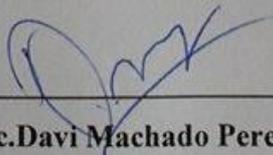
BANCA EXAMINADORA



Profª. MSc. Samira Safadi Bastos
Departamento de Serviço Social UFSC
Orientadora



Profª. Drª. Helenara Silveira Fagundes
Departamento de Serviço Social UFSC
Primeira Examinadora



MSc. Davi Machado Perez
Assistente Social
Segunda Examinadora

Aos meus pais. Mãe, pela tua dedicação, teu exemplo e tua força. Pai, nem mesmo a inconveniente distância cortou nosso laço, teu exemplo é presente mesmo na tua ausência. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Quantas coisas lindas vividas nessa universidade, quantos aprendizados, sabores e dissabores.

Agradeço, primeiramente, ao povo brasileiro, que através dos seus impostos financiam esta universidade pública.

À minha mãe, professora de geografia, que acredita na educação, e numa sociedade mais justa e igualitária. Tudo do que sou devo a você, obrigada por desde muito cedo já me despertar o senso crítico.

Ao corpo docente do Departamento de Serviço Social, em especial à professora Teresa Kleba, pelo incentivo e confiança no início da graduação.

Ao NESSOP – bolsistas, professores e colaboradores -, pela oportunidade de aprendizado, pela troca de saberes, e pela convivência tão agradável. À Karina, amiga que conquistei nesses anos como bolsista, com quem muito aprendi e ainda aprendo, valeu por todas as tardes alegres. Ao Cid Neto, o cara mais maluco que já conheci, e também um dos mais inteligentes. Obrigada aos bolsistas, Aline, César, Felipe e Thaís pela troca de experiências e pelo incentivo nesse meu último semestre da graduação. À professora Iliane pelo incentivo à leitura e pelas reflexões. À professora Maria Teresa pelas discussões sempre tão ricas.

À professora Samira, orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso e supervisora de estágio, que ao longo dessa trajetória revelou-se amiga e conselheira, sempre muito atenciosa e presente. Levarei para meu exercício profissional a sua ética, seu exemplo de comprometimento e acima de tudo, a paixão por tudo que faz. Toda a minha admiração pela profissional extremamente capacitada que você é, e meu muito obrigada por me fazer compreender cotidianamente a indissociável relação teoria X prática.

À professora Helenara por ter aceitado o convite de fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

Ao Davi, por todas as contribuições teóricas ao longo da minha trajetória acadêmica, pelo incentivo e por ter aceitado o convite de fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

À Sabrina, fiel companheira nesse final de graduação, e grande amiga. Sua parceria foi fundamental no meu processo de formação. Muito obrigada por estar sempre comigo e me ouvir.

À Michele, amiga, conselheira, dedicada, e acima de tudo, um ser humano fantástico.

À Marinez, com quem muito aprendi, e muito me diverti com os relatos de seu cotidiano.

À Alessandra, Duda e Tainá, companheiras desde a primeira fase do curso, pessoas com as quais passei por muitos momentos divertidos, mas também muitos momentos difíceis.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram com a minha formação acadêmica.

Muito obrigada!

Irmãos, cantai esse mundo que não verei, mas virá
um dia, dentro em mil anos,
talvez mais... não tenho pressa.
Um mundo enfim ordenado,
uma pátria sem fronteiras,
sem leis e regulamentos,
uma terra sem bandeiras,
sem igrejas nem quartéis,
sem dor, sem febre, sem ouro,
um jeito só de viver,
mas nesse jeito a variedade,
a multiplicidade toda
que há dentro de cada um.
Uma cidade sem portas,
de casas sem armadilha,
um país de riso e glória
como nunca houve nenhum.
Este país não é meu
nem vosso ainda, poetas.
Mas ele será um dia
o país de todo homem.

(Cidade prevista, *A rosa do povo* de Carlos Drummond de Andrade).

MOTA, Letícia de Oliveira. **Possibilidades do trabalho do assistente social no eixo político-organizativo: A necessária relação da ação profissional com as lutas da classe trabalhadora.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar recortes históricos e reflexões sobre a produção do Serviço Social em relação aos movimentos sociais e as dificuldades contemporâneas dessa relação, a fim de que este conteúdo venha a contribuir com a atuação profissional e com a pesquisa sobre Serviço Social e sua relação junto aos movimentos sociais, na qualidade de mediação necessária à construção de nova sociabilidade. A temática de movimentos sociais, embora se mostre pouco pesquisada nos últimos anos, se coloca de extrema relevância para a organização dos trabalhadores e para o próprio Serviço Social, na medida em que a organização da classe trabalhadora fortalece um projeto de outra sociedade, que em contrapartida, também fortalece a direção ético-política do Serviço Social, qual tem por objetivo a construção de outra ordem societária. O trabalho se desenvolve a partir de um breve resgate histórico da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, perpassa pelo período de reconceituação da profissão, tentando explicar como essa relação se estreitou, e elenca alguns desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social diante da tendência pós-moderna da concepção de “novos” movimentos sociais. A segunda seção do trabalho aborda as dificuldades contemporâneas que impactam na relação do Serviço Social com os movimentos sociais. E a terceira seção traz a experiência do NESSOP junto aos movimentos sociais. Diante disso, percebeu-se que reafirmar a natureza deliberativa e propositiva da classe trabalhadora, tanto em espaços e decisões sobre os direitos sociais, quanto nos movimentos sociais, é parte constitutiva importante do trabalho do assistente social.

Palavras-chave: Serviço Social, Movimentos sociais, Exercício profissional, Experiência do NESSOP.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AMPA: Associação de Moradores do Alto Pantanal

ANAS: Associação Nacional dos Assistentes Sociais

CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

CFP: Curso de Formação Permanente

DSS: Departamento de Serviço Social

ENPESS: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

MEB: Movimento de Educação de Base

NESSOP: Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

ONU: Organização das Nações Unidas

PROEX: Pró-Reitoria de Extensão

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela 1: Publicações sobre movimentos sociais nos eventos da profissão.....24

Gráficos

Gráfico 1: Total das publicações sobre movimentos sociais.....25

Gráfico 2: Movimentos sociais estudados pelo Serviço Social.....26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. RECORTES DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	15
2. DIFICULDADES CONTEMPORÂNEAS QUE IMPACTAM NA RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	32
3. EXPERIÊNCIA NESSOP / DSS - UFSC.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da trajetória ao longo do curso de Serviço Social e da experiência de participar do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), na medida em que refletíamos desde o começo sobre o eixo político-organizativo e ações estratégicas da profissão para fazer face aos direcionamentos do Projeto Ético-político. Neste sentido, temos como objetivo central apresentar recortes históricos e reflexões sobre a produção do Serviço Social em relação aos movimentos sociais e as dificuldades contemporâneas dessa relação, a fim de que este conteúdo venha a contribuir com a atuação profissional e com a pesquisa sobre Serviço Social e movimentos sociais, na qualidade de mediação necessária à construção de nova sociabilidade.

Em primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica na revista Serviço Social e Sociedade de 1990 até 2014. Até então, a proposta do trabalho era discorrer sobre a produção do Serviço Social em relação aos movimentos sociais na revista, porém já havia dissertação de mestrado com esse mesmo tema, e, neste breve levantamento que realizamos, já constatamos uma deficiência na produção de conhecimento do Serviço Social em relação aos movimentos sociais pela quase ausência de publicações na área. Essa deficiência pode ser atribuída ao projeto neoliberal implantado no país a partir de a década de 1990, onde houve um refluxo desses movimentos e um incentivo maior ao Terceiro Setor, onde a ênfase deixa de ser o enfrentamento, e passa a ser, dentre outras, a solidariedade.

Deste modo, buscaremos demonstrar os recortes da produção do Serviço Social sobre a relação da intervenção profissional nos/com movimentos sociais. Para isto, usamos bibliografias que fazem o levantamento dessa produção no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), e na revista Serviço Social e Sociedade.

Também buscaremos demonstrar as dificuldades contemporâneas do Serviço Social com os movimentos sociais, dificuldades essas que são reflexos da ideologia neoliberal, que trouxe consigo a precarização do trabalho e das políticas sociais.

Sabe-se que a primeira aproximação direta e efetiva do Serviço Social com os Movimentos Sociais se dá a partir do governo de Juscelino Kubistchek, onde foram contratados assistentes sociais em diversos municípios e estados do país para atuar junto às comunidades, ainda pautados na lógica do Desenvolvimento de Comunidade. É no

período ao qual chamamos de Reconceituação do Serviço Social que se busca quebrar com essa lógica para se trabalhar com os Movimentos a partir de uma teoria social crítica, com vistas à emancipação humana.

Já na década de 1990, pela própria conjuntura de grandes mudanças na dinâmica do capitalismo, observou-se um decréscimo das experiências do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais. Dessa forma, o trabalho dos assistentes sociais junto aos Movimentos Sociais assumiu desafios no âmbito das demandas e reivindicações dos sujeitos envolvidos nos processos de organização. Percebe-se, assim, a importância de o assistente social trabalhar junto aos movimentos com vistas ao seu fortalecimento e organização.

A temática de movimentos sociais, embora se mostre pouco pesquisada nos últimos anos, se coloca de extrema relevância para a organização dos trabalhadores e para o próprio Serviço Social, na medida em que a organização da classe trabalhadora fortalece um projeto de outra sociedade, que em contrapartida, também fortalece o projeto ético-político do Serviço Social, o qual tem por objetivo fim a construção de outra ordem societária.

Este trabalho foi dividido em três seções. Na primeira seção buscamos trazer um breve resgate histórico da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, que iniciou-se com o período de Desenvolvimento de Comunidade. Perpassaremos pelo período de reconceituação da profissão, tentando explicar como essa relação se estreitou. Por fim, discutiremos, a partir da produção de Moro; Marques 2011, a produção do Serviço Social em relação aos movimentos sociais em eventos da profissão, e a partir de Duriguetto 2014 e Duriguetto ; Baldi 2012, introduziremos alguns desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social diante da tendência pós-moderna da concepção de “novos” movimentos sociais.

Na segunda seção abordaremos as dificuldades contemporâneas que impactam na relação do Serviço Social com os movimentos sociais. Para isto, iniciaremos a seção discorrendo sobre os ditames neoliberais chegados no Brasil no início da década de 1990. Nesta perspectiva, discutiremos os impactos causados nos movimentos sociais pelo neoliberalismo e pela ideologia pós-moderna. Por fim, apontaremos o papel do assistente social diante das adversidades impostas pelo modelo econômico neoliberal.

Por fim, na terceira seção abordaremos as experiências do NESSOP junto aos movimentos sociais por meio da Política de Extensão Universitária.

Ao final deste trabalho, buscar-se-á apresentar considerações sobre a relação do Serviço Social com os movimentos sociais, assim como reflexões com o objetivo de fortalecer a atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais.

1. RECORTES DA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

“Eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível”.

Carlos Drummond de Andrade

O Serviço Social brasileiro, entendido como tradicional, pautava-se na perspectiva funcional, onde a atuação era empirista e burocratizada¹. Esta perspectiva foi dominante por aproximadamente quatro décadas, para a qual foram pensadas alternativas a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, através de um processo de redefinição da profissão na fase do pós-desenvolvimentismo².

Ao analisar o impacto do Movimento de Reconceituação na profissão, NETTO apud RAICHELIS sinaliza uma aproximação do Serviço Social com os Movimentos Sociais:

Uma primeira vertente crítica recolhe do processo de reconceituação os componentes que apontavam para uma prática de natureza nova, desbordando o âmbito do Serviço Social institucional para configurar um projeto de intervenção social respaldado em forças sociopolíticas inscritas nos movimentos populares de massa. (NETTO, 1981 apud RAICHELIS, 1982, p. 705).

Nesse período observou-se no interior da profissão um movimento pelo rompimento do Serviço Social tradicional, predominantemente executado em instituições, onde se desempenhava tarefas burocráticas. As ações dos assistentes sociais se limitavam a ajustar os indivíduos ao sistema capitalista com ações assistencialistas e paliativas.

¹ A perspectiva funcional caracteriza-se por ser pautada no não questionamento da ordem vigente, na não realização de ações coletivas, e na ideia de que os indivíduos devem ser coesos. Assim, vai ao encontro dos preceitos capitalistas.

² Segundo Ianni (1986) foi época de favorecimento da entrada de capitais e da saída dos lucros, colocando o Brasil como subsistema do capitalismo mundial. Houve ainda a hipertrofia do executivo e a substituição de importações sem independência. Para mais informações ver IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

Quando surgiu o processo Reconceituador na América Latina, o Brasil vivia um período de grandes transformações político-econômicas. Nos anos 1960 havia se fortalecido o sistema democrático, diante da proposta populista do governo de João Goulart, que permitiu condições necessárias para a ampliação das lutas por direitos sociais e a emergência de diversos protagonistas da esquerda marxista.

Essa conjuntura inédita, com a participação de setores sociais de luta, produziu consideráveis rebatimentos nos assistentes sociais em formação. Deu-se então um primeiro momento de Renovação do Serviço Social.

Aliado a política governamental surgiu o Desenvolvimento de Comunidade, que foi um método proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1950, e criou determinantes para que se ultrapassasse a esfera modernizadora e acrítica da profissão. O Desenvolvimento de Comunidade permitiu uma aproximação com novos sujeitos, principalmente com o Movimento de Educação de Base (MEB), assim, consolidando uma vertente que se aproximou do método materialista-histórico e da luta pelos direitos das classes trabalhadoras.

Esse primeiro diálogo do Serviço Social com os movimentos sociais críticos foi temporariamente abortado pelo golpe militar de 1964, que interrompeu o vasto cenário de mobilização popular.

No entanto, a ditadura militar densificou o amplo processo de renovação do Serviço Social, que segundo Dal Moro (2011), consolida-se, nesse período, um mercado profissional macroscópico, laicizado e centralizado e um novo padrão acadêmico em nível de graduação e pós-graduação.

Nesse período se tem o reconhecimento do próprio assistente social enquanto parte da classe trabalhadora, o que levou alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais. A criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) em 1983 foi uma forte expressão do processo organizativo da categoria. A essa entidade coube fortalecer os vínculos da profissão com as lutas da classe trabalhadora, e também garantir o encaminhamento das demandas da categoria, no que se refere às condições de trabalho, salário e carga horária dos profissionais.

O vínculo da ANAS com as lutas da classe trabalhadora potencializou a relação do exercício profissional do assistente social com os movimentos sociais.

A partir desta organização dos assistentes sociais, como trabalhadores e com os trabalhadores, que se pode pensar no estabelecimento de um

vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais. (MORO; MARQUES, p.27, 2011).

Este movimento fez críticas à sociologia e a psicologia como fundamentos da profissão, buscou a laicização e a ruptura com o Serviço Social Tradicional, o que ocorreu através de três direções consecutivas. A primeira foi a Modernização Conservadora (em meados da década de 1960) que se alinhava às tendências sócio-políticas da ditadura e a inserção na economia capitalista mundial com indicativo de integração popular ao desenvolvimento, onde o Serviço Social devia atuar frente aos bloqueios da mudança visando superar as resistências se utilizando do Desenvolvimento de Comunidade. A segunda direção foi a Reatualização do Conservadorismo (em meados da década de 1970), cujo caráter interventivo estava nas fronteiras da ajuda psicossocial com ênfase nas posturas, nas categorias e nos procedimentos e empobrecimento teórico-crítico das categorias engendradas por pela fenomenologia. A última foi Intenção de Ruptura (de 72 a meados da década de 80) que tenta fazer a crítica às outras duas perspectivas, e é constituída de três momentos: a emersão (propostas de Belo Horizonte pela PUC/MG), a consolidação (onde situa as obras de Yamamoto e Carvalho), e o espraiamento (NETTO, 1996).

Foi na contradição entre a mobilização popular e o projeto autocrático-burguês, que o Serviço Social repensou seu complexo teórico, político e prático, constituindo as bases necessárias para a negação da prática assistencialista que o acompanhou desde o início da profissão a partir do esforço político e teórico de superação do Serviço Social tradicional.

Essa tendência profissional apenas foi possível através da construção de uma relação orgânica com os movimentos sociais, viabilizada por dois condicionantes conjunturais e acadêmicos: a emersão das organizações de classe dos trabalhadores e a interlocução com a tradição marxista (MORO; MARQUES, p.19, 2011).

A organização das classes trabalhadoras, primeiro condicionante de ruptura com o tradicionalismo, se configurou com novos sujeitos políticos e resultou um processo de lutas, com rebatimentos nos países de capitalismo dependente. Esses movimentos se opunham ao regime militar implantado em grande parte da América Latina.

A interlocução com a tradição marxista também facilitou a aproximação dos assistentes sociais à temática dos movimentos sociais. Porém, no princípio, a aproximação do Serviço Social com a obra de Marx se deu a partir da leitura de uma

bibliografia escrita por terceiros, ou seja, não era marxiano. Assim, houve muitos equívocos, até mesmo de interpretação da obra de Marx, tais como a negação da esfera estatal.

Nesta inicial interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais, Yamamoto (2004, p.156) identifica a construção de um imaginário imaturo e ingênuo das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma '[...] superestimação do potencial político do papel profissional, aproximando-se de uma visão messiânica e heroica [...]'. (MORO; MARQUES, p.22, 2011).

Devido a conjuntura da época, o aprofundamento da obra de Marx por parte do Serviço Social não foi possível, pois o país entrava em um regime de ditadura militar que abortou qualquer amadurecimento do pensamento, até mesmo em países que eram os principais polos renovadores, como o Chile, Argentina e Uruguai.

Portanto, só com o fim do regime militar o Serviço Social pôde retomar as reflexões acerca do pensamento marxiano, sendo a partir deste marco que a relação da profissão com os movimentos sociais tomou novos rumos.

Paralelo a esse movimento da profissão, na sociedade brasileira acontecia a crise do “milagre econômico”, que recolocou a “questão social” em destaque nos debates nacionais. O modelo econômico promovido pela ditadura militar era um modelo concentrador de renda, que produzia a partir da exploração do trabalho e da pauperização da classe trabalhadora e mais dependência do Brasil às economias mundiais dominantes.

A partir dessa pauperização, notou-se, na dinâmica do crescimento urbano, um grande processo de expulsão dos trabalhadores do centro para as periferias. Segundo Raichelis, “a periferia é o cenário para onde convergem as inúmeras demonstrações da insatisfação popular quanto às suas condições de vida” (1982, p. 72), e devido a isso, é também um terreno fértil para a mobilização e organização popular.

Nesse sentido, o Estado torna-se fundamental, pois cabe a ele a garantia das necessidades da população. No entanto, verifica-se a diminuição da participação do Estado na reprodução do trabalho, e uma priorização aos setores mais rentáveis. Assim, quando essa contradição se torna evidente, tomam visibilidade movimentos sociais urbanos como uma das formas de resistência da classe trabalhadora no enfrentamento ao Estado.

Os movimentos sociais urbanos desempenharam um importante papel no processo de organização popular, onde estabeleceram forças contra o regime militar.

Também é importante considerar o fundamental papel que alguns setores da Igreja Católica assumiram, atuando em bairros periféricos, onde se uniu esforços com a população para a organização dos trabalhadores pela defesa e garantia de seus direitos.

O Serviço Social, acompanhando as mudanças conjunturais e se questionando, repensa não só seus compromissos éticos, mas também o conjunto de procedimentos técnico-científicos que até então caracterizava a profissão. Para acompanhar essas mudanças, o Serviço Social precisou rever o processo de ensino para formação de profissionais com base numa nova concepção do que é Serviço Social, buscando outras formas de operacionalização da prática profissional.

A conceituação da participação no Serviço Social se expressou de maneira mais significativa no período do Desenvolvimento de Comunidade. Já a partir da renovação da profissão e do processo de redemocratização do país, a classe trabalhadora passou a reivindicar a participação como um direito outrora negado.

Nesse processo de renovação da profissão, a participação foi ganhando espaço na medida em que o Serviço Social se envolvia com os movimentos sociais.

A partir daí percebeu-se a necessidade de imprimir ao profissional um papel político, estabelecendo vínculos com a classe trabalhadora, pensando a prática de maneira contrária às definições do Serviço Social tradicional. Para isso, seria necessário criar novas bases de legitimidade com as classes trabalhadoras, e principalmente com Movimentos Sociais.

Contudo, a aproximação política do Serviço Social com os setores populares se deu de forma tardia, dado que a profissão nasceu no seio da doutrina social da igreja católica e da filantropia. Tal o viés conservador perdurou durante décadas. Assim, os primeiros movimentos que o Serviço Social se vincula no país são de base católica, como a Ação Social e a Ação Católica.

Segundo Raichelis (1982), existe uma dificuldade em delimitar com clareza as contribuições da profissão com os Movimentos Sociais, uma vez que, não raras as vezes, se identifica com os papéis do militante político, e com o papel das lideranças. Entretanto, cabe ao assistente social executar ações em processo de reflexão permanente, retirando o caráter empirista, e assim, segundo Raichelis (1982), buscando explicações mais abrangentes das práticas desenvolvidas pela população, levando-a a refletir sobre suas ações.

Não se trata de ‘disfarçar-se’ de trabalhador nem de assumir uma postura vanguardista, bastante característica das lideranças dos movimentos sociais do passado. Trata-se, antes, de assumir as diferenças e explicitá-las no processo de reflexão junto a população, no sentido de clarificar a natureza de nossa colaboração oriunda de uma proposta profissional que incorpora a dimensão política, colocando-a a serviço de um projeto político de classe. (RAICHELIS, 1982, p. 83).

O profissional de Serviço Social pode contribuir com os Movimentos Sociais prestando assessoria na relação que se deve constituir com as instituições públicas. Esta dimensão da prática profissional se coloca de extrema importância, pois visa a mudança da correlação de forças institucionais, formando uma aliança entre profissionais e Movimentos Sociais.

Facilitando o seu acesso ao cumprimento das exigências, que representam uma dificuldade real (ex.: redigir um documento, idas coletivas à Prefeitura, obtenção de informações, mapeamento da área, etc.) significa facilitar sua inclusão nos serviços institucionais a que em direito e forçar as instituições a redimensionar suas prioridades. (RAICHELIS, 1982, p. 77).

A colaboração do Serviço Social para os Movimentos se dá nas ações concretas, que tem o objetivo de instrumentalizar a população para que esta reivindique melhorias na prestação de serviços por parte do Estado, fazendo com que, assim, o movimento avance em seus processos organizativos. Na direção do projeto ético-político atual da profissão pretende-se ainda construir com as classes trabalhadoras as bases para uma nova sociabilidade.

Já a obra de Abreu (2002), que foi significativa para a temática da mobilização e organização popular, traz elementos que nos permitem entender que o Serviço Social tem uma função pedagógica, que se concretiza por meio da ação profissional. A autora defende a “pedagogia emancipatória”, que veio ao debate do Serviço Social no final da década de 1970, no período de crise profissional que se configurou a partir da negação do conservadorismo no seio da profissão no contexto das transformações sociohistóricas ocorridas.

As experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram elementos constitutivos desta pedagogia. Atuava-se junto às camadas populares, facilitando o processo de politização, para que desenvolvessem um processo de organização. Nas CEBs realizava-se formação política, que através do debate crítico sobre as contradições

da realidade social, instrumentava sujeitos para que pudessem reivindicar seus direitos ao Estado.

Os assistentes sociais utilizaram a educação popular, que era vinculada aos movimentos estimulados pela Igreja Católica, em diferentes espaços de atuação.

Segundo Abreu (2002), na contemporaneidade a pedagogia emancipatória dos assistentes sociais comprometidos com a classe trabalhadora pode se dar a partir de duas tendências: uma que é o compromisso de atuar com os a classe subalterna para a garantia de direitos, com o objetivo final de um Estado de direito, e outra que é comprometida com as lutas no sentido da superação da ordem vigente, com o objetivo de construção de uma nova sociabilidade.

As práticas de mobilização e organização social não são de exclusividade do assistente social, e serão realizadas fundamentalmente pelas classes sociais. Mesmo se tais práticas não são exclusividade do assistente social, o profissional de Serviço Social pode contribuir para a garantia e ampliação dos direitos sociais, e no avanço dessas lutas para a superação da ordem burguesa, num processo de organização e desvelamento da consciência de classe.

Algumas estratégias importantes de serem realizadas pelos assistentes sociais nos espaços de organização das classes subalternas são:

[...] prestar assessoria técnica e apoio político aos setores organizados da classe trabalhadora, na criação de mecanismos de resistência e de luta; desenvolver junto aos trabalhadores atividades educativas formadoras de um modo de pensar e agir que lhes permitam a constituição de um núcleo organizatório que leve adiante um projeto coletivo de transformação social; e desenvolver um trabalho pedagógico que contribua para os trabalhadores formularem e implementarem uma política que concretize a participação das massas, construindo novas relações hegemônicas. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 198).

Vê-se na dimensão ideopolítica da prática profissional do Serviço Social a possibilidade de os profissionais influenciarem criticamente nos valores dos sujeitos com os quais trabalham.

É com a obra de Iamamoto e Carvalho, lançada em 1982, que o Serviço Social passa a se aproximar da teoria social de Marx, o que possibilitou aos assistentes sociais desvendar o significado social da profissão.

Torna-se hegemônica uma abordagem que compreende a profissão inserida na dinâmica das relações sociais capitalistas, participando do processo de reprodução dessas relações e de seus interesses contrapostos, respondendo através da sua intervenção a demandas tanto do capital como do trabalho”. (MORO; MARQUES, p.27, 2011).

Assim, o assistente social compreende que tem na sua prática o atendimento as necessidades da classe trabalhadora e da reprodução da contradição dos interesses sociais das classes constitutivas do capitalismo. Ao se reconhecerem como profissionais assalariados passam a atuar junto aos movimentos sociais e ao Estado, e superam a compreensão de que o assistente social deve negar a instância institucional.

Portanto, os assistentes sociais, segundo Moro e Marques (2011), passaram a se inserir juntos aos setores organizados da sociedade incentivando os processos organizativos e apoiando as lutas e reivindicações. Essas experiências tiveram grande importância, pois se adensou o debate acerca dos movimentos sociais no Serviço Social.

A educação popular, de influência da obra de Paulo Freire, possibilitou ao assistente social captar o cotidiano dos setores populares, e apoiar suas lutas e reivindicação de direitos. Assim, o profissional de Serviço Social pôde contribuir com as lutas das classes trabalhadoras através de prestação de assessoria aos movimentos sociais, que segundo Raichelis (1982 apud MORO; MARQUES, p. 30, 2011), tem o objetivo a contribuição “no processo de conscientização, mobilização e organização da população explorada, a fim de capacitá-la para que se converta em agente de seu próprio desenvolvimento e sujeito da transformação social”. Logo, a contribuição dos assistentes sociais aos movimentos sociais se dá a partir da ação de instrumentalizar a população para exigir a garantia de seus direitos por parte do Poder Público, e fortalecer mecanismos de organização popular.

Mesmo que a discussão acerca dos movimentos sociais e da prática profissional junto aos movimentos represente avanços, segundo Moro e Marques (2011), algumas simplificações e equívocos ainda permanecem no decorrer da década de 1980.

Desde o último terço do século XX é implementado um receituário ofensivo para responder a crise do capitalismo. Segundo Duriguetto (2014) este receituário é composto por: “reestruturação dos processos de acumulação, expresso na chamada acumulação flexível, hegemonia do capital financeiro e políticas de ajuste neoliberal com suas decorrentes contrarreformas no âmbito do Estado” (DURIGUETTO, 2014, p.178).

A acumulação flexível possui um componente principal, que é a flexibilização da produção e das relações de trabalho, o que causa mais precarização do emprego e redução dos direitos trabalhistas. Portanto, “o aumento do grau de precarização e flexibilidade do trabalho aumenta, na mesma proporção, a exploração do trabalho” (DURIGUETTO, 2014, p.178).

Foi a partir da implantação da agenda neoliberal que houve uma crescente criminalização e penalização da pobreza, para a política social, onde coube o enfrentamento apenas da pobreza absoluta através do assistencialismo. Essa agenda influencia também no plano da consciência de classe, que dificulta a inserção do trabalhador em sindicatos, já que o vínculo dele é precarizado muitas vezes por via da terceirização.

Além desses impactos, tivemos no Brasil a eleição de Lula, que trouxe mudanças na relação do sindicalismo com o Estado, onde dirigentes sindicais se converteram em gestores dos interesses capitalistas. Assim, o governo de Lula também impactou os movimentos sociais por cooptá-los através da concessão de cargos na gestão do Estado para seus líderes. Essa cooptação dos movimentos sociais foi negativa na medida em que os colocou na órbita do possibilismo e do governismo.

Portanto, se coloca o desafio de “construir projetos que busquem uma integração das necessidades, interesses, reivindicações e ações prático-políticas advindas das lutas, incorporando-as em suas dimensões classistas” (DURIGUETTO, 2014, p.182) e orientando a classe trabalhadora para a construção de outra sociabilidade.

A partir dos trabalhos publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS's) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS's), a profissão vai construindo e sistematizando sobre as três dimensões: a teórica, a político-organizativa e a prático-profissional.

Na dimensão teórica fica evidenciada a aproximação do Serviço Social com autores que defendem a ideia dos “novos” movimentos sociais. Na dimensão político organizativa, dois debates estão presentes: a organização da classe e sua conjuntura na atualidade, e a organização sindical dos assistentes sociais. Por fim, é a dimensão prático-profissional que está menos presente nos trabalhos publicados, o que evidencia um afastamento do Serviço Social aos movimentos sociais.

Diante da pesquisa realizada por Moro e Marques (2011) evidencia-se a grande pluralidade de pesquisas relacionadas a movimentos sociais, porém, o tema permanece oculto no debate profissional, pois possui pouca visibilidade no seio da profissão. Esse

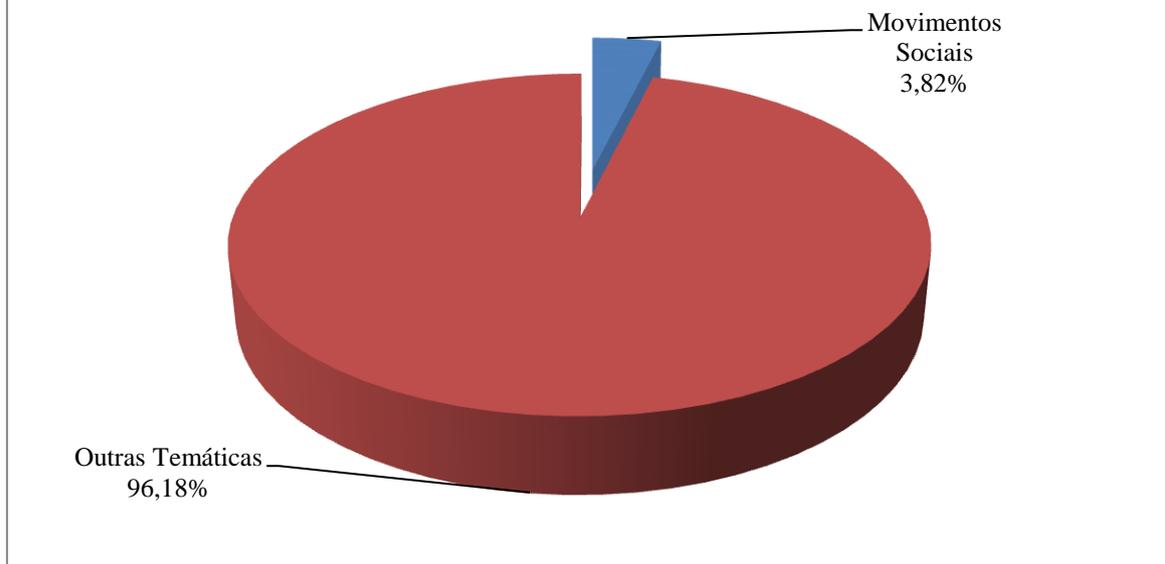
fenômeno de retração do vínculo do Serviço Social com os movimentos sociais é preocupante, na medida em que a conjuntura do país caminha para a redução de direitos sociais conquistados e para a criminalização das lutas sociais. A tabela abaixo esclarece em números a produção do Serviço Social sobre Movimentos Sociais nos ENPESS e CBAS de 1995 a 2008:

Tabela 1 – Publicações sobre Movimentos Sociais nos eventos da profissão.

Eventos	Total de Trabalhos Publicados	Trabalhos sobre Movimentos Sociais	Proporção
VIII CBAS (1995)	205	17	8,29%
V ENPESS (1996)	170	11	6,47%
IX CBAS (1998)	318	7	2,20%
VI ENPESS (1998)	161	24	14,91%
VII ENPESS (2000)	230	14	6,9%
X CBAS (2002)	784	31	3,95%
VIII ENPESS (2002)	374	28	7,49%
XI CBAS (2004)	984	17	1,73%
IX ENPESS (2004)	546	15	2,75%
X ENPESS (2006)	745	37	4,97%
XII CBAS (2007)	835	12	1,44%
XI ENPESS (2008)	852	22	2,58%
Total	6204	237	3,82%

Fonte: Moro; Marques, 2011, p. 32.

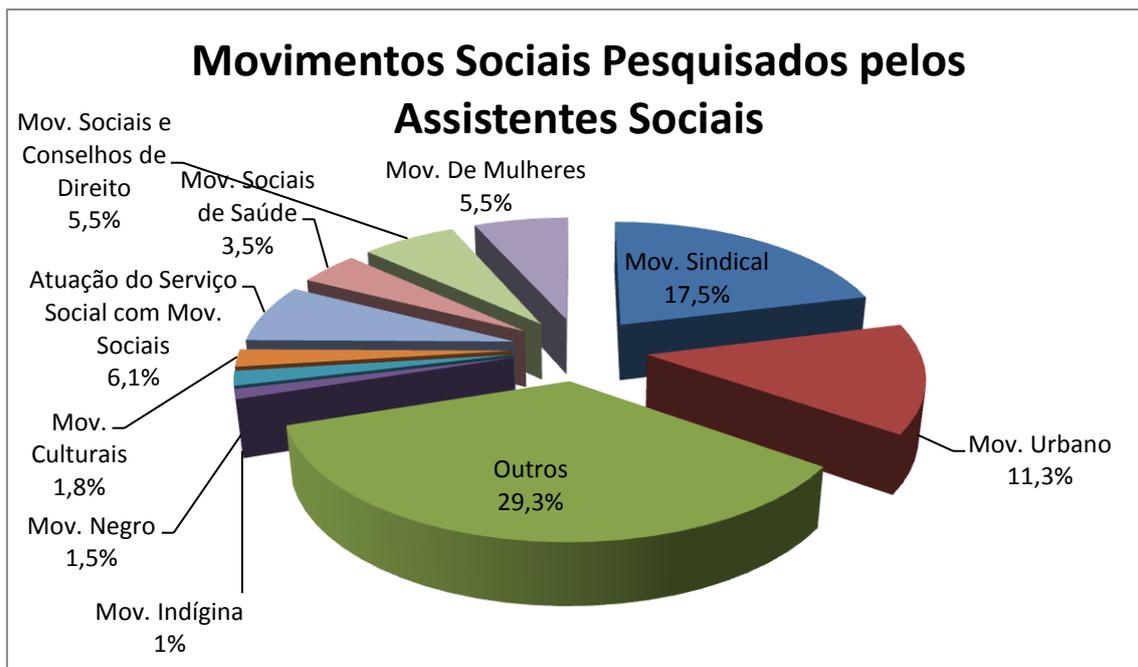
Porcentagem das publicações sobre a temática "movimentos Sociais"



Fonte: Moro; Marques, 2011, p. 33.

Gráfico 1 – Total das publicações sobre movimentos sociais

A pesquisa de Moro e Marques (2011) apontou também que de 6.204 trabalhos publicados no CBAS e ENPESS, apenas 237 eram sobre movimentos sociais, representando a produção sobre movimentos sociais apenas 3,82%, enquanto as outras temáticas representam 96,18% da produção. Os trabalhos ainda se dividem por tema, tais como: Movimento Sindical; Movimento Urbano; Movimento de Mulheres; Movimentos Sociais e Conselhos de Direito; Movimentos Sociais de Saúde; Atuação do Serviço Social com Movimentos Sociais; Movimentos Culturais; Movimento Negro; Movimento Indígena; e outros movimentos que, segundo Moro e Marques (2011), refere-se aos demais movimentos sociais pesquisados por assistentes sociais que não atingiram 1% das publicações.



Fonte: Moro; Marques, 2011, p.34.

Gráfico 2 – Movimentos sociais estudados pelo Serviço Social.

A pesquisa de Moro e Marques (2011) aponta para uma ampliação do debate dos chamados “novos” movimentos sociais a partir dos anos 2000. Ficaram evidenciadas nos trabalhos as novas formas de organização e mobilização coletiva.

Nesta perspectiva valoriza-se o plano do cotidiano e da realidade local como espaços para a reivindicação política. As lutas passam a ser segmentadas, de acordo com as demandas e grupos sociais. Segundo Moro e Marques (2011), os principais movimentos pesquisados pelos assistentes sociais são os movimentos urbanos, de saúde pública, de mulheres, artísticos-culturais e raciais.

As produções teóricas do Serviço Social nos eventos demonstraram que o estudo acerca dos “novos” movimentos sociais tem se baseado em autores das Ciências Sociais, como Castells, Boaventura de Souza Santos e Touraine.

De acordo com Silva e Canto (apud MORO; MARQUES, p.35, 2011), o argumento central que se tem acerca do surgimento desses “novos movimentos sociais” é que, na medida em que o Estado e as organizações trabalhistas totalizantes perdem sua funcionalidade, se fortalecem diferenciados sujeitos coletivos em defesa de interesses particulares.

Os autores pós-modernos trabalham através da perspectiva de falência do Projeto Moderno. Segundo Santos (apud MORO; MARQUES, p.36, 2011), os “novos” movimentos sociais, estabelecem um novo paradigma, menos assente na riqueza e no

bem-estar material e mais na cultura e na qualidade de vida. Assim, para o autor, os “novos” movimentos sociais são responsáveis pela construção de uma nova ordem de emancipação.

É sabido que uma das áreas temáticas de menos investimento na pesquisa no Serviço Social refere-se à movimentos sociais, o que é motivo de preocupações, pois revela consigo uma lacuna da ação profissional do Serviço Social junto aos movimentos sociais.

Na atual conjuntura histórica se colocam algumas dificuldades na aproximação do Serviço Social com suas bases, tais como a precarização do trabalho do assistente social, o forte ataque às classes subalternas pelo neoliberalismo, a reestruturação produtiva, e as contrarreformas na esfera estatal, particularmente no campo das políticas sociais. Esses processos desencadeiam uma regressividade das conquistas adquiridas com muita organização e lutas dos trabalhadores, tanto no quadro sindical, como no campo dos movimentos sociais.

Com esse movimento da realidade, apresentam-se limites à efetivação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Assim, diante desse fato, mostra-se de extrema importância a sua defesa.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e tem como objeto de intervenção as expressões da chamada questão social. É uma profissão vinculada aos interesses classistas contraditórios que compõem a sociedade capitalista.

A ‘questão social’ envolve confrontos estabelecidos entre as classes fundamentais do capitalismo – proletariado e burguesia – e se transmutam, na vida cotidiana, em diversas refrações que atingem os trabalhadores. Estes, que realizam o trabalho e produzem a riqueza social, pelo mesmo processo são crescentemente explorados e apartados da riqueza por eles mesmos produzida. Ao identificarem seus interesses comuns, estes sujeitos ingressam no cenário sóciopolítico, exercendo pressão junto ao empresariado e ao Estado por reconhecimento e atendimento de suas necessidades. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 194).

Portanto, a questão social se configura como expressões do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e suas refrações na classe trabalhadora e na inserção no cenário político, reivindicando reconhecimento de direitos por parte do Estado.

O Estado passará a intervir nas relações entre o empresariado e os trabalhadores, regulando o mercado de trabalho, por meio de leis trabalhistas, e ofertando serviços sociais – em cuja organização e implementação o assistente social será chamado a intervir – como forma de conter o processo de pauperismo e garantir os níveis mínimos de produtividade do trabalho. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p.195).

O Serviço Social foi criado e é contratado por demandas do Estado e de setores das classes dominantes, porém, conforme seu projeto ético-político, deve intervir nas condições de vida dos trabalhadores. Assim, entende-se o Serviço Social como uma profissão de natureza contraditória, pois está necessariamente vinculada aos interesses conflitantes de ambas as classes sociais que fundamentam a sociedade.

Ainda que a contraditoriedade inerente à profissão não seja o objeto central de reflexão, a prática do assistente social também pode resultar em dois equívocos: o fatalismo e o messianismo. O fatalismo consiste na compreensão desta ordem vigente como natural, onde o assistente social não executa para além de suas tarefas formais e burocráticas, por não acreditar que são possíveis processos coletivos de transformação social. Já no messianismo, o assistente social se coloca como um profissional heróico, agente da transformação social, sem a devida compreensão dos seus imperativos históricos e das lutas de classes.

Há de se considerar que o assistente social, sendo um trabalhador assalariado, se submete às condições de contrato feitas pelo empregador. É o empregador que delimita as necessidades, assim como os recursos que serão disponibilizados para que o assistente social execute sua prática.

Nesse terreno de correlação de forças, onde estão presentes diferentes interesses de classe, o assistente social possui uma relativa autonomia, que lhe permite conduzir sua prática a uma direção social.

É no bojo das contradições de classe que atravessam e determinam a profissão, e a partir desta relativa autonomia, que se pode construir intervenções a serviço de um projeto de classe substanciado pelos interesses dos trabalhadores. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p.195).

Portanto, o assistente social enquanto trabalhador assalariado, considerada a natureza contraditória da profissão, pode trabalhar no sentido de fortalecer e promover as organizações e lutas das classes trabalhadoras. Evidente que, para tanto, se faz necessária a efetivação da relação teórico-prática a partir da apropriação e internalização das dimensões do trabalho profissional.

É na dimensão ideopolítica da profissão que o Serviço Social pode desempenhar o papel de fortalecer as lutas das classes trabalhadoras. A profissão possui, na sua intervenção, uma dimensão que é material, que se dá partir da prestação de benefícios, projetos ou programas, e também uma dimensão imaterial, onde atua nas formas de pensar e de viver dos sujeitos que são atendidos.

[...] o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. (IAMAMOTO, 2006, p. 68, apud DURIGUETTO; BALDI, p.196, 2012).

Na dimensão ideopolítica, que é imaterial, se tem a possibilidade de despertar nos sujeitos reflexões que podem desencadear em reivindicações, enfrentamentos e resistências. Ou seja, permite fortalecer mais diretamente as lutas das classes trabalhadoras.

Segundo a pesquisa de Moro (2011), a atual produção do Serviço Social sobre o movimento sindical representa 17,5% do total de publicações, e entre estas, aproximadamente $\frac{1}{4}$ diz respeito a organização da categoria profissional. Porém, os estudos sobre o sindicalismo encontram limites tanto pelos efeitos da reestruturação produtiva, como a crise do novo sindicalismo.

Os trabalhos dos assistentes sociais se tratam de limites e resistências quanto ao fechamento do sindicato do Serviço Social e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais para a inserção dos assistentes sociais em sindicatos multiprofissionais, com o argumento de que é preciso unificar as categorias profissionais e as lutas. Esses trabalhos trazem duas posições: a primeira, que é majoritária, tem um posicionamento a favor da nova estrutura sindical de unificação das lutas, e a segunda, que é representada por um pequeno número dos trabalhos, e vê a necessidade de retomar o debate sindical e estimular a organização política da categoria.

Ainda que os movimentos sociais sejam considerados parte constitutiva do exercício profissional do assistente social, a temática de movimentos sociais representa apenas 6,1% dos trabalhos publicados no CBAS e ENPESS, segundo Moro e Marques

(2011). Assim, constata-se a dificuldade da profissão em se inserir junto aos movimentos sociais como um trabalho profissional.

O recuo deste debate no seio da profissão se deu pela desfavorável conjuntura política de ameaça aos direitos conquistados e criminalização de lutas e movimentos sociais. Além disso, também se deu pela institucionalização dos movimentos sociais durante o governo de Lula. Nesse contexto, o trabalho do assistente social será efetivado através fortalecimento da participação institucional no sentido de alargar canais participação popular, permitindo maior controle social nas questões que dizem respeito aos trabalhadores.

Grande parte das publicações sobre a prática profissional diz respeito à assessoria aos movimentos sociais. Estes trabalhos realizam-se, em sua grande maioria, através de programas de ensino, pesquisa e extensão de universidades públicas, onde são oferecidos cursos, seminários e oficinas para instrumentalizar os movimentos sociais no sentido da ampliação de seus direitos e da construção da consciência de classe.

Segundo Alves (apud MORO; MARQUES, p.41, 2011) o crescimento do trabalho de assessoria aos movimentos sociais se configura como um redesenho da atuação dos movimentos sociais. Os movimentos estariam demandando do profissional auxílio no sentido de capacitar os militantes para participarem dos conselhos de direito, associação de moradores, sindicatos e outros.

Cabe ao assistente social fortalecer e instrumentalizar o potencial dos sujeitos atuantes nas lutas sociais no sentido da superação dos princípios hegemônicos.

A tendência pós-moderna via “novos” movimentos sociais deve ser analisada com maior rigor, pois não se sustenta numa perspectiva de totalidade, mas numa perspectiva fragmentada, e focalizada, de acordo com os princípios que fundamentam a ordem burguesa e o modelo neoliberal.

Portanto essa tendência pós-moderna pode se configurar como uma possível ameaça ao projeto profissional, já que este tem como proposta a superação desta forma de sociabilidade vigente.

Neste cenário, desfavorável aos trabalhadores e de criminalização de sua resistência, faz-se necessário potencializar as propostas de fortalecimento dos movimentos sociais calcadas na perspectiva contrária à sociabilidade do capital, objetivando à viabilização político-prática do projeto profissional (MORO; MARQUES, p. 42, 2011).

A conjuntura nacional pós-anos 1990 se relaciona com o rearranjo mundial do capitalismo, onde se tem a era dos ajustes neoliberais. Em função de tais ajustes, também se tem fortes ataques às classes subalternas e contrarreformas no Estado, principalmente no campo das políticas sociais. Assim, essa conjuntura também é marcada pela regressividade também das lutas dos trabalhadores, tanto no movimento sindical, como nos movimentos sociais.

2. DIFICULDADES CONTEMPORÂNEAS QUE IMPACTAM NA RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Iniciar esta seção nos impõe contextualizar brevemente os limites encontrados na contemporaneidade para que as classes trabalhadoras possam exigir condições de vida mais dignas, não somente em termos político-organizativos, como na produção da subsistência. O tempo atual, adequadamente nomeado por Netto (2001)³ como ofensiva neoliberal, apresenta reflexos nas mais diversas formas de mobilização da classe trabalhadora, e não por acaso.

Este processo iniciado no Brasil na década de 1990 trouxe aviltamentos aos direitos anteriormente conquistados que dificultam diretamente no envolvimento do trabalhador com as causas coletivas. Para além das condições materiais, tal ofensiva consegue desmobilizar as massas por duas razões preponderantes. A primeira faz referência às medidas concretas da reestruturação produtiva no sentido da pulverização dos trabalhadores em diversas partes do mundo e, concomitantemente, à extrema centralização do poder econômico mundial. A segunda se trata dos meios tão subliminares quanto agudos de controle efetivados pela introjeção de premissas de desmonte da força do coletivo e ainda da grave repressão operada sobre os trabalhadores.

Assim, considerando que a profissão se compromete com a emancipação das classes trabalhadoras em sua plenitude, se faz necessário investir em aportes teórico-práticos que retomem o direcionamento da centralidade do trabalho humano e das classes sociais no nosso cotidiano profissional. Neste sentido, adotaremos neste momento do nosso trabalho alguns autores que apontam elementos do quadro da realidade atual e das perspectivas voltadas à outra forma de sociabilidade.

O primeiro dos autores a inserirmos aqui é Celso Frederico em razão do lastro deste autor em estudos sobre as formas coletivas de recusa da opressão. O texto *Classes e Lutas Sociais* (2009) permite-nos definir classes sociais demonstrando que há diferentes modos.

³ Ver mais em NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. – 3. Ed – São Paulo, Cortez, 2001.

No marxismo, as classes se definem pela posição que os sujeitos ocupam nas relações de produção, sendo divididos em proprietários e não proprietários, segundo Frederico (2009). Assim, as classes são entendidas como um componente estrutural da sociedade capitalista.

Numa perspectiva contrária, se tem a sociologia empírica, que consiste em estratificar a sociedade usando critérios como o nível de renda e os padrões de consumo, tratando as classes sociais apenas como camadas ou segmentos da sociedade. Descolada da referência à produção, esta concepção é muito utilizada pelas pesquisas de opinião que aparecem na mídia, tratando a classe social como um conceito meramente descritivo.

Já a definição marxista é mais objetiva e dinâmica, pois não se concentra apenas para as conformações concretas que são dadas pela inclusão no processo produtivo e nas relações de propriedade, mas atenta também para o caráter histórico da produção. Ou seja, as classes sociais são a consolidação do modo de produção capitalista. Em seu desenvolvimento, o capitalismo, com sua lógica, polariza a sociedade em duas classes antagônicas: a dos detentores dos meios de produção e a dos trabalhadores assalariados. Por esta razão são constituídas apenas neste modo de produção classes opostas, em sentido restrito. Isto não significa que não houve outras formas de opressão e de exploração dos homens entre si, sendo a escravidão um clássico e cruel exemplo.

O lugar que se ocupa em relação aos meios de produção abre espaço para a ação coletiva. Assim, o desenvolvimento da sociedade, segundo Marx (apud FREDERICO, 2009), pode ser explicado pelo confronto permanente dessas duas classes antagônicas. Somente o coletivo dos homens é que pode fazer histórias, porém consideradas as condições sócio históricas em cada época.

A conformação das classes sociais, sua heterogeneidade e sua complexidade, dependem do desenvolvimento do capitalismo, assim, é necessário atentar à forma como o capitalismo se implanta numa sociedade.

Para entender o Brasil, diversos autores aplicam a expressão “via prussiana”, pois os momentos mais importantes da história do país foram marcados pela exclusão da participação popular. Segundo Frederico (2009), da independência do Brasil até o regime militar, as transformações foram realizadas “pelo alto”, um exemplo disso foi o processo de industrialização, que

Não se deu num confronto da burguesia com o mundo agrário. Ao contrário, foi o capital da cafeicultura que bancou o desenvolvimento industrial. Desde o início, portanto, não tivemos uma oposição aberta entre uma ‘burguesia progressista’ e os ‘retrógrados latifundiário’. (FREDERICO, 2009, p.3)

Soma-se a essa característica, a forma como se deu a abolição da escravatura no país. O Brasil foi o último país a pôr fim ao escravismo, herdando assim, uma tradição de brutalidade nas relações de trabalho, o que refletiu também no capitalismo industrial, além do abandono vivido pelos escravos libertos (ou apenas liberados) sem trabalho, sem moradia, sem quaisquer condições mínimas de vida. Assim, segundo Frederico (2009), essa tradição faz com que o trabalho manual seja desprezado em detrimento do trabalho intelectual, que é um privilégio das classes altas. Já os antigos escravos, ficaram subalternizados no mercado de trabalho e condenados à marginalidade.

A nascente industrialização do Brasil precisava de mão-de-obra, recorrendo, assim, ao trabalho dos imigrantes europeus que trouxeram para o país as formas de organização do movimento anarquista. Portanto, o comunismo no Brasil foi o resultado de um desdobramento do anarquismo, e não uma cisão da social democracia, como na Europa. Outra peculiaridade do Brasil em relação ao movimento operário e sua organização política foi a forte presença dos militares.

Nesse período, as greves operárias eram tratadas como “questão de polícia”, pois eram entendidas como uma perturbação da ordem pública que deveria ser reprimida pela ação policial.

O liberalismo vigente na época mantinha o Estado afastado das relações trabalhistas. Assim, essa ausência do Estado levou à grande crise de 1929, à revolução de 1930, e à saída dos liberais.

A década de 1930 foi marcada por grandes mudanças em relação a forma que o Estado atuava. Em seu governo, Getúlio Vargas criou o moderno Estado brasileiro, e fez com que o Brasil se tornasse o país que mais se desenvolveu no século XX.

Essa presença do Estado interviu diretamente nas relações de trabalho, através de criação de leis e decretos que, em 1943 se transformaram na Consolidação das Leis do Trabalho.

Foi a partir da intervenção estatal, viabilizada pelas pressões operárias, sobre as relações de trabalho, que estas saíram da esfera privada e passaram a compor o conflituoso terreno do direito público. Com a presença estatal, o mercado de trabalho

politicizou-se e transformou-se num campo de batalha das classes antagônicas. Assim, a ser também de “caso de polícia” e “caso político”.

Com essa interferência do Estado nas relações de trabalho surgiram críticas tanto dos liberais como de segmentos da esquerda. A presença do Estado passou a ser vista como autoritária, enquadrando o movimento sindical no Ministério do Trabalho. Assim, alguns movimentos passaram a levantar a bandeira da “liberdade sindical”, incentivando a luta operária fora dos sindicatos.

Durante o período ditatorial, os sindicatos funcionavam sob o controle ministerial, o que serviu para desarticular o movimento operário. Assim, levantando a bandeira contra o controle estatal e unicidade sindical, surgiu o “novo sindicalismo”, trazendo na sua bandeira uma semelhança com o receituário liberal.

Ao decorrer das décadas de 1970 e 1980 países desenvolvidos passaram por um processo de reestruturação produtiva que resultou num enfraquecimento do sindicalismo, onde o número de associados aos sindicatos diminuiu drasticamente. Já o Brasil viveu um descompasso ao que se passava nos países desenvolvidos, pois no enfrentamento da ditadura militar, assistia-se a retomada das atividades associativas e de resistência pela redemocratização. Assim, número de sindicatos teve um notável crescimento, e formaram-se as centrais sindicais. Com esse processo, aconteceram greves no país inteiro.

Fernando Henrique Cardoso, segundo Frederico (2009), em discurso ao assumir a Presidência da República, anunciou que o seu governo arcaria o fim da era Vargas. Seguramente a ofensiva neoliberal não mediu esforços para desmanchar a antiga ordem, dando início pela privatização de companhias estatais. E já no primeiro governo de Lula, surpreendendo a todos, houve uma reforma da previdência, cortando direitos de funcionários públicos.

No Brasil os impactos da reestruturação produtiva chegaram tardiamente, porém seus efeitos foram devastadores. São Bernardo, conhecido como o berço do “novo sindicalismo”, viu-se atingido pela diminuição do número de trabalhadores nas montadoras. A ação sindical, portanto, entrou em ruína também pela lógica do trabalho precarizado.

Segundo Frederico (2009), a ‘modernidade à brasileira’ tem o pior dos dois mundos: as desvantagens do subdesenvolvimento, que não chegou a conhecer o Welfare State, e também a selvageria do capitalismo financeirizado. Esse capitalismo tardio

vivido pelo Brasil produziu uma alteração na estrutura de nossa sociedade, com uma lógica de total submissão aos países desenvolvidos.

Com o processo de proletarianização geral e subordinação de todos ao capital, se percebe a polarização das classes sociais, ao contrário do que imaginavam teóricos da sociedade pós-industrial. Assim,

[...] o que está acontecendo, hoje não é a ‘crise do trabalho’, mas a subordinação completa do ‘processo de trabalho’ ao ‘processo de produção’. A crise não é do trabalho, como parece à primeira vista, e sim do emprego – aquela relação jurídica garantida pela mediação estatal. (FREDERICO, 2009, p. 10).

O neoliberalismo é a expressão ideológica da reestruturação produtiva, e esse processo é uma manifestação das lutas de classe na atualidade. Segundo Frederico (2009), a crise do emprego e o desmonte dos direitos dos trabalhadores reside principalmente na economia do tempo e na substituição do trabalho vivo pelas máquinas e aumento do capital constante.

Sendo assim, o neoliberalismo como solução *do e para* o capitalismo em crise desde a década 1970, tem a chave para sua compreensão no século XIX - no então liberalismo -, contudo com expressões contemporâneas. Esta afirmação não quer dizer que estes fenômenos são semelhantes, mas que resguardam aspectos constitutivos históricos, como já havíamos levantado anteriormente.

Juntamente com o fim dos anos de ouro, o capitalismo entra numa crise de superprodução e subconsumo a partir dos anos 1970. O modelo neoliberal então se legitima como solução possível para retomada dos níveis médios de lucro. Assim, trata-se de um conjunto de medidas econômicas iluminadas pela obra *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, e cristalizados a partir do Consenso de Washington (ANDERSON, 1995, p. 9).

Alguns elementos econômicos que fazem referência ao neoliberalismo são: a mundialização da produção, o poder financeiro mundial nas mãos de poucos oligarcas, a reestruturação produtiva principalmente através dos mecanismos do toyotismo⁴, a

⁴ Para entender o modelo Toyotista, primeiro se faz necessário compreender que ele surge com a crise do fordismo. O fordismo foi um modelo de produção que surgiu a partir das mudanças tecnológicas, foi caracterizado pelo modo de produção em massa, e por persuadir o trabalhador através da boa remuneração e de benefícios. Já o modelo Toyotista, tem como principal característica a flexibilização da produção, o que gerou o aumento do desemprego e abriu espaço para a terceirização. Ver mais em

expansão da indústria bélica e do tráfico de drogas, e a financeirização econômica, como parte de um processo no qual não circula capital produtivo, não gerando empregos nem capital constante. Desta forma, a financeirização pode ser brevemente representada pela expressão do *dinheiro que gera dinheiro*.

Segundo Anderson (1995, p. 9), o neoliberalismo foi “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”, e um “movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado” (1995, p.22). Nesta concepção, o keynesianismo⁵ era apontado como responsável pela crise do capital, cuja obra de Hayek já fazia as primeiras críticas ainda em 1944.

Assim, esse modelo econômico usa de artifícios ideológicos para se reproduzir, legitimar e ainda com modos de vida a serem almejados por todas as classes sociais. E por agir na esfera ideológica, essa conformação econômica se caracteriza como uma violência mais sutil, subliminar, que por parecer menos devastadora, é uma forma mais doutrinária de enfraquecer as resistências das classes trabalhadoras.

Analisando as lutas sociais na contemporaneidade, percebe-se que o pensamento pós-moderno supõe que o caráter de classe tornou-se obsoleto diante das ondas conservadoras presentes na realidade atual. Essa forma de pensar acredita que hoje existem novas identidades, e novos e múltiplos interesses, que não seriam mais universais tampouco classistas. Assim, os interesses antes universais, dão espaço aos interesses localistas e fragmentados, configurando o que se chama de novos movimentos sociais.

Em sua prática, esses “novos” movimentos sociais destacam as “novas” formas de intervenção que fariam frente a um modelo de Estado mais presente, em direção à perspectiva de um Estado mínimo. Segundo Ribeiro (2014), a ideia pós-moderna fundamenta-se no fracasso da perspectiva reformista e da perspectiva revolucionária. Para os teóricos pós-modernos, a derrota de projetos macrossocietários implicou no fim

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

⁵ Política econômica embasada na teoria do economista inglês John Maynard Keynes, que se caracterizava pela forte intervenção do Estado como regulador das relações entre capital e trabalho e pela oposição ao liberalismo, levando em consideração que a capacidade de consumo era premissa necessária a níveis de lucro desejados do capitalismo. Ver mais em DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

da política de classes, dando lugar à políticas focalizadas. Para substituir as classes sociais e outras categorias marxistas, os teóricos pós-modernos têm como base estes chamados “novos atores”.

Contudo, vale salientar que existe uma distinção entre a ideia de pós-modernismo e de pós-modernidade, pois o pós-modernismo refere-se à uma forma de cultura contemporânea e a pós-modernidade refere-se a um período histórico. Embora haja essa distinção, segundo Eagleton (1998, apud Ribeiro, 2014), parte-se do princípio da não existência real da pós-modernidade como um período histórico, e tão pouco de que as ideias pós-modernas se consolidem como uma teoria. De acordo com Ribeiro (2014), o pós-modernismo reflete o esgotamento de noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, assim como da ideia de emancipação.

Portanto, o pós-modernismo concebe o mundo de uma forma diversa, imprevisível, e com interpretações desunificadas, o que gera certo ceticismo.

A modernidade se configura como o período histórico em que se rompe com o velho mundo, ora representado pelo feudalismo e obscurantismo. As mudanças trazidas pela modernidade ocorram nos âmbitos sociais, econômicas e culturais, decorrentes da mudança nas relações de produção e de trabalho e da substituição de saberes religiosos para o conhecimento científico.

A teoria marxiana é uma representação da razão moderna. Contrariamente a Comte, Marx desenvolveu uma análise da sociedade burguesa que revela as contradições dessa sociedade e aponta para a necessidade de superação dessa forma de sociabilidade. Segundo Ribeiro (2014, p. 106), para Marx, "o conhecimento não se constitui apenas como ferramenta de compreensão do mundo, sobretudo como instrumento de transformação social".

Um aspecto fundamental da teoria social de Marx é a noção da totalidade herdada de Hegel propondo um método de conhecimento que desvenda as determinações da realidade do ponto de vista econômico, político, social e cultural.

Para compreender os pressupostos da pós-modernidade, é preciso analisar o contexto político e econômico no qual esta surgiu, situado a partir dos anos 1970. Este período foi marcado pelo esgotamento do chamado *Welfare State* por conta da crise estrutural do capital. Segundo Ribeiro (2014, p. 108) na década de 1970 "ocorreram alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/reprodução de classes e suas relações, quer no plano ideo-subjetivo do reconhecimento da pertença de classe".

Assim, a ideologia pós-moderna está pautada na fragmentação, no efêmero e no descontínuo, fortalecendo, assim, a alienação e dificultando a compreensão totalizante da vida social.

A análise pós-moderna se difere por ressaltar uma suposta novidade dos movimentos sociais em relação às lutas macrossocietárias. Um dos autores que discutem esse tipo de análise é o francês Alain Tourraine. Segundo Ribeiro (2014), este autor tem como ponto de partida a separação entre o universo econômico e o universo cultural na origem dos movimentos sociais. Desta maneira, segundo a perspectiva de Tourraine, não seriam as leis de superestrutura e infraestrutura que comandam a história, mas sim os atores conscientes.

Seguindo a análise, Boaventura de Souza Santos (apud RIBEIRO, 2014) também é um autor que discute a questão dos "novos movimentos sociais" e é considerado por muitos pensadores marxistas como pós-moderno. Para o autor, devido à grande diversidade desses movimentos, existiria a ausência de um conceito teórico para estes.

Para este autor, a novidade dos movimentos sociais é a crítica que estes fazem, simultaneamente, ao capitalismo e ao conceito de emancipação socialista de Marx. Nesses "novos movimentos sociais" apareceriam as "novas" formas de opressão, descaracterizando a constituição estrutural das classes, desconsiderando a posição privilegiada do movimento operário e da classe operária nos processos de emancipação.

Ao final da década de 1960, algumas especificidades nas formas de manifestações políticas teriam demandado outras formas de abordagem. Essa conjuntura possibilitou que novas formas de análise da realidade ganhassem espaço. Essas novas formas de análise potencializaram a recusa da centralidade das classes sociais e da questão do trabalho como fundante do ser social. A ideia dessa nova forma de analisar a realidade seduziu muitos movimentos sociais surgidos na década de 1960, dando esperanças de outras perspectivas aos sujeitos envolvidos nos movimentos sociais que passaram por decepções com os partidos comunistas.

Essa concepção que embasa a análise apologética dos 'novos movimentos sociais' nega a processualidade histórica, interpreta a vida social de forma caótica e episódica, onde os fatos e acontecimentos aparecem desconectados e aleatoriamente produzidos. Inexiste nessa análise a universalidade dos fatos que, por sua vez, se constituem meramente como processos singulares, como uma forma de objetivação particular descolada da totalidade social e dos determinantes histórico-econômicos (RIBEIRO, 2014, p. 113).

Geralmente a noção de classes sociais é abordada pelos autores compreendidos como pós-modernos a partir da tríade classe-gênero-raça, onde as situações de opressão estariam relacionadas isoladamente a cada aspecto. Essa tríade pareceu bastante convincente e logo ganhou espaço nas análises de esquerda. Assim, o pós-modernismo apresenta-se como uma crítica ao classismo, pois

O pensamento pós-moderno configura a sociedade civil como esfera da livre escolha individual tanto no aspecto mercantil como no subjetivo. Essa possibilidade múltipla de estilos de vida e de identidades sociais expressa-se na produção de relações e experiências diversas num campo fragmentado e heterogêneo de ações sociais (RIBEIRO, 2014, p. 114).

A pós-modernidade traz consigo as distorções no processo de identificação dos indivíduos com sua classe bem como a influência deste pertencimento na sua constituição e consciência. Somado a isso,

A ideia que perpassa esse conteúdo analítico se reforça na negação dos instrumentos políticos tradicionais, como os partidos políticos e sindicatos. O irracionalismo particularista que nega as classes sociais e as lutas de classes também ganha notoriedade com a tese neoconservadora de que o trabalho perde centralidade com as alterações no padrão de acumulação; aliada ao colapso de experiência socialista, leva à conclusão de que a história também chegou ao fim, e o capitalismo é um estágio insuperável da história (RIBEIRO, 2014, p.115).

A perspectiva pós-modernista critica a modernista pela então existência de uma suposta interpretação determinista da história e dos indivíduos. A principal crítica pós-moderna se refere ao pensamento de Marx acerca das classes, que, segundo esses autores, não se adequa à contemporaneidade, sob o argumento que nos países de capitalismo desenvolvido as classes sociais se modificaram demais ante a teoria marxista, por exemplo, pelo fato do proletariado estaria se reduzindo.

Contrapondo essa ideia, Ribeiro (2014) afirma a centralidade das classes na análise das relações sociais como parte estruturante no funcionamento do capitalismo – o que não poderá jamais deixar de ser pano de fundo da compreensão da realidade nesse sistema produtivo.

Para fazer frente às cruéis condições de vida e de trabalho imposta no assalariamento, somente os trabalhadores permitem enfrentamentos e conquistas reais. Partindo desse pressuposto, entende-se que não se pode desconsiderar que "o

movimento operário representa a força social potencialmente mais decisiva no processo de organização coletiva capaz de enfrentar o capital, por meio de uma radical transformação da ordem social" (RIBEIRO, 2014, p. 116-117).

Além do mais, se consideramos as classes sociais como premissa do capitalismo significa que formas de reação e de recusa dele decorrentes sempre existiram. Neste sentido, os movimentos sociais atuais guardam elementos essenciais das formas anteriores de resistência por se situarem dentro de um mesmo processo de criação de um trabalho dito livre.

Portanto, reconhece-se a importância de pensar teoricamente esse "novos movimentos sociais", contudo não se pode cair no equívoco de concebê-los por si mesmos, mas de concebê-los como parte das contradições sociais geradas pelo capital. Também se coloca como necessário superar a fragmentação dos movimentos sociais e desvendá-los na totalidade histórica.

O discurso da pós-modernidade se baseia na suposta superação de temas abrangentes como emancipação humana, classes sociais e socialismo, segundo um direcionamento ideológico que encobre as contradições e desigualdades fundantes do capitalismo. E no lugar desses temas, esse movimento utiliza-se de argumentos como a emergência de novos sujeitos sociais e novas formas de lutas.

A pós-modernidade fundamenta-se nas ideias de que o trabalho e a luta de classes perderam a centralidade, e que as vanguardas políticas não tem mais importância na contemporaneidade. Ou seja, estariam esvaziadas atualmente as funções do partido, no tocante à esfera política, e do sindicato, no que se refere à esfera econômica, tornando-os desnecessários. Por fim, diriam que não tem mais nenhuma ação a desempenhar no mundo contemporâneo.

Assim, percebe-se que estes se equivocam por não conceber o mundo como uma unidade, mas disperso e como partes fragmentadas.

Segundo Costa, contrariando a ideia dos pós-modernos, entende-se que

Somente um partido político revolucionário, que se propõe a derrotar a ordem capitalista e que junta em todas suas fileiras todos esses segmentos sociais, possui condições para entender a totalidade da luta política e de lançar propostas globais para a transformação da sociedade (COSTA, 2015, p. 4).

Sendo assim, uma das principais afirmações propostas pelos pós-modernos é de que o trabalho humano perdeu a centralidade na vida social em função da mecanização,

da escassez de vagas, dentre outras razões que teriam levado ao suposto fim do trabalho. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo e das suas formas de opressão produziu um quadro de desemprego estrutural, ou, de crise do emprego, como referendado por Costa (2015).

Para esses autores considerados pós-modernos, a reestruturação produtiva num mundo globalizado tornou atrasado o conceito de classe operária e proletariado, com o argumento de que esses atores estariam desaparecendo, como já havia sido demonstrado por Ribeiro (2014).

Os pós-modernos não percebem que a classe operária não está diminuindo, ao contrário, está se descentralizando dos centros industriais, crescendo e se deslocando para outros espaços geográficos localizados em países periféricos, por exemplo, no continente asiático. Estes países, em razão da dependência e pauperização, dispõem de força de trabalho menos dispendiosa, portanto, mais lucrativa ao capital.

Assim, entendemos que esse crescimento também tem se dado pelo aumento dos indicadores planetários de desigualdade social e de pobreza, restando, de forma cada vez mais contundente, a única opção possível aos trabalhadores para sobrevivência material mínima que é a venda da sua força de trabalho, ainda que em condições opressivas.

Desta forma, sendo esta uma das inerentes características da subordinação de classes no sistema capitalista, se esta classe sumir, desapareceria com ela a espinha dorsal deste modo de produção.

Segundo Costa (2015), os teóricos pós-modernos não levam em consideração que o próprio capitalismo se conforma através de processos contraditórios, pois quanto mais se moderniza, mais pressiona as taxas de lucro para baixo, pela possibilidade do trabalho humano ser o único a produzir valor, e diminuir as fontes de consumo. Portanto, não existirá capitalismo sem proletariado.

Outro argumento usado pelos teóricos pós-modernos é a afirmação que a luta de classes é coisa do passado como reflexo da crise do socialismo real e da queda do Muro de Berlim. Entretanto, os elementos sócio-históricos e econômico-políticos que lhe dão sustentação passam pela centralidade do trabalho e das classes sociais para compreensão da realidade.

Distinto autor é também Edmilson Costa (2015) quando focaliza nas suas reflexões os pontos ideológicos de pauta desta chamada pós-modernidade a qual objetiva, dentre outras, a desmobilização dos trabalhadores e ainda retoma a questão da

integração do continente latino-americano. Tais reflexões estão presentes no texto *Os movimentos sociais e os processos revolucionários na América Latina: uma crítica aos pós-modernistas* (2015). Costa nos dirá então que “por trás da ‘opressão específica’ que atinge os movimentos sociais de gênero, etnia, raça, sexual, está o grande capital apropriando-se da mais-valia de todos” (grifo do autor, 2015, p. 3).

Grande parte das derrotas dos movimentos sociais nestas últimas décadas deve-se a ideologia pós-modernista, pois além de ter influenciado teoricamente parte notável da juventude e das lideranças dos movimentos sociais, também levou muitos dos antigos atores sociais à frustração. Isso porque, segundo Costa (2015, p. 6), o início desses movimentos sociais fragmentados empolga milhares de pessoas, mas logo depois o movimento enfraquece até serem absorvido pelo sistema.

Portanto, “o pós-modernismo é o fetiche ideológico típico dos tempos de neoliberalismo e representa a ideologia pequeno-burguesa da submissão sofisticada à ordem do capital” (COSTA, ano, p. 6). Contraditoriamente, no momento em que o capital se globaliza com a internacionalização das finanças e a globalização da produção, é quando os pós-modernos pregam a fragmentação da realidade.

O discurso pós-moderno é muito conveniente para o capital por abrir mão de um projeto emancipatório, por combater as lutas sociais mais gerais e despedaçá-las em lutas focalizadas, dispersas e enfraquecidas, que, portanto não contestam o sistema.

O pós-modernismo também traz consigo um discurso eclético, fatalista, cheio de senso comum, desorientando, assim, setores da sociedade em relação ao desvelamento do real e à ação política, e, mesmo que indiretamente, colabora para a submissão desses setores à ordem capitalista.

Após mais de duas décadas de experiências de lutas fragmentadas, conclui-se que as vanguardas revolucionárias têm um fundamental desempenho no processo de transformações sociais, pois elas podem orientar movimentos sociais estrategicamente contra o capitalismo e contra imperialismo, na direção da construção de outra sociabilidade sem quaisquer formas de opressão.

Sendo assim, entendemos que todas estas transformações societárias impactam em variados aspectos da vida social, dentre estes o trabalho do assistente social. A análise das dificuldades contemporâneas do Serviço Social não pode ser desconectada de tempos históricos anteriores e nem das dificuldades externas ao Serviço Social. No entanto, não pretendemos aqui fazer uma revisão da gênese histórica do Serviço Social relacionado ao modo de produção capitalista.

Uma vez que o objetivo desta seção é apontar dificuldades contemporâneas que impactam na profissão, supomos que nos basta nesse momento entender a perspectiva histórica profissional que indica que ela nasce como demanda do capital ora em expansão, mais notadamente no século XIX, face às formas de enfrentamento da sua contradição central: os aprofundamentos inerentes da pobreza ao desenvolvimento do capitalismo.

Sabe-se que a pós-modernidade traz ao Serviço Social alguns impactos que vão repercutir no exercício profissional, como por exemplo, a tendência de solucionar questões com o foco na gestão, e não no direito, imprimindo, assim, uma prática tecnicista e burocrática. Outro impacto negativo é a concepção do projeto ético político do Serviço Social como mito e algo inalcançável. O fato de termos hegemonia em relação ao projeto ético político nas dimensões teórica, normativa e no campo da organização política, e não termos essa hegemonia no campo da ação, coloca o nosso projeto numa posição frágil.

Moreira (2005) aponta questionamentos em relação ao projeto ético-político afirmando que

A adesão ao projeto da classe trabalhadora ultrapassa os limites da profissão. Reduzir ao âmbito profissional todos os aspectos de mudanças e créditos à ordem social estabelecida, ou seja, imputar à profissão toda a prerrogativa de transformação social e adesão a um projeto de classe pode levar o assistente social a se omitir quanto à sua participação efetiva no movimento social. Isto significa que a contribuição profissional a um projeto de classe tem seus limites bem determinados, reconhecendo que o avanço desse projeto se expressa de modo mais pleno em outras instâncias da sociedade, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Essa compreensão vem explicar muitas das dificuldades de viabilização de um projeto profissional comprometido com as classes populares (MOREIRA, 2005, p. 146).

Porém, em direção diversa a da autora, acredita-se na necessidade de caminhar na contra corrente, para não fortalecer a corrente dominante, reafirmando, assim, o projeto ético-político da profissão cotidianamente.

Deste modo, compreende-se existem projetos em disputa, e que o assistente social participa de um processo que contribui para a continuidade da sociedade de classes, mas ao mesmo tempo também cria possibilidades para a transformação e superação desta forma de sociabilidade, desde que se tenha tal intencionalidade. Assim, da mesma forma que existe na sociedade projetos de classe distintos, também existe no seio da profissão, projetos profissionais na direção de distintas sociedades.

A dinâmica das relações sociais na ordem capitalista se reflete nas condições que demarcam o trabalho do assistente social. Assim, conforme Iamamoto (2009), o exercício profissional é polarizado pela trama das relações e interesses sociais.

Portanto, o assistente social em sua prática

Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, o mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (IAMAMOTO, 2009, p.24).

A partir das transformações no mundo do trabalho e contrarreformas principalmente no âmbito das políticas sociais o projeto ético-político do Serviço Social encontrou um difícil terreno para sua efetivação. O assistente social por também ser um profissional assalariado vivencia a flexibilização e precarização do trabalho.

É a partir da dimensão ideopolítica que o Serviço Social intervém nos processos de mobilização e organização popular. Conforme Iamamoto,

O assistente social possui, na dimensão profissional, uma dimensão material-assistencial – que se configura por meio de prestação de serviços, dos benefícios etc. – e também uma dimensão que é imaterial, e que influencia as formas de viver e de pensar dos sujeitos por ele atendidos. (apud DURIGUETTO, 2014, p.183).

Portanto, o assistente social também interfere no campo do conhecimento e dos valores, incidindo diretamente na vida dos sujeitos, promovendo reflexões e mudanças na forma de pensar, o que pode desencadear processos de luta e resistência.

Segundo Duriguetto (2014), o assistente social pode contribuir nos processos de mobilização e organização popular em forma de:

Assessoria nessas organizações e lutas, na perspectiva de identificação de demandas, na discussão e na formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos; na importância da participação desses movimentos em fóruns, conselhos, conferências; no estímulo para se relacionarem com outros movimentos e organizações dos trabalhadores para a troca de experiências e formação de ações conjuntas, etc. (DURIGUETTO, 2014, p.190).

Refletir sobre a inserção do assistente social nos processos de organização e mobilização popular, significa enxergar o assistente social como um trabalhador

assalariado que revela na sua prática profissional a natureza contraditória da profissão, podendo atuar no sentido do fortalecimento das lutas sociais.

A atuação dos profissionais de Serviço Social nos processos de mobilização e organização popular é uma possibilidade da profissão contribuir para o fortalecimento do seu projeto profissional, já que este deixa claro o seu posicionamento a favor das lutas da classe trabalhadora.

No entanto, na década de 1990, quando o Serviço Social consolidou seu projeto ético-político, houve também uma retração da aproximação da profissão com os movimentos sociais. Percebe-se isso na escassa produção teórica da profissão acerca das lutas sociais e das relações que estabelecem com estas.

A área de menor investimento na pesquisa diz respeito aos movimentos e lutas sociais, o que pode ser visto com preocupação. Na academia, segundo Durigutto,

Dentre os anos de 1994 e 2012, a temática *movimentos sociais* fez-se presente nos cursos de Serviço Social inseridos nas universidades públicas federais e estaduais em 36 diretórios de pesquisa, 87 projetos de pesquisa e 23 projetos de extensão. (DURIGUETTO, p.185, 2014)

No campo da formação profissional, identificaram-se algumas experiências de projetos de extensão em movimentos sociais diversos. As ações prestadas a esses movimentos eram de assessoria e informações técnicas.

Na dimensão da intervenção profissional com os movimentos sociais, observou-se uma ausência de atuação do Serviço Social, a maioria das experiências diz respeito às extensionistas realizadas por universidades públicas.

Já em relação às produções teóricas do Serviço Social sobre movimentos sociais, segundo Duriguetto (2014), existem algumas tendências consideradas problemáticas, como: a incorporação da perspectiva teórica pós-moderna; o enfoque conselhos de direito, desconsiderando os movimentos e lutas fora deles; e a presença do messianismo, que impõe limites na medida em que considera o assistente social como um herói.

Dada a relevância já explicitada do trabalho do assistente social junto aos movimentos sociais, face ao projeto ético-político, evidenciamos a nossa experiência de estágio curricular obrigatório I e II no NESSOP, apontada no item que segue, como passo dado nesta direção e esforço coletivo, via ações de extensão, pelo fortalecimento dos direitos sociais e construção da autonomia plena dos sujeitos.

3. A EXPERIÊNCIA DO NESSOP – DSS / UFSC

A história do Serviço Social no NESSOP - UFSC se confunde com a própria história do Núcleo. Em 1991, surgiu a proposta de criação dos núcleos de estudos em Serviço Social na UFSC, com o propósito de ampliar os campos de estágio. Conforme o desenvolvimento histórico, o NESSOP, na tentativa de atualizar de forma crítica suas ações, teve, assim, diversos nomes: Núcleo de Desenvolvimento de Comunidade, Política Social e Revolução no Cotidiano, Núcleo da População, e por fim Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.

O Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular surgiu em 1992, e a partir de então o Núcleo começou a desenvolver as suas atividades articulando ensino, pesquisa e extensão, e também iniciou seu trabalho com a política urbana de Florianópolis.

Ao longo desses 23 anos, o NESSOP permanece aprofundando-se como um espaço de acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social, que está comprometida eticamente com o atendimento das demandas sociopolíticas dos movimentos sociais contestatório da ordem vigente de classes sociais.

O NESSOP desenvolve suas ações através das políticas de Extensão, Pesquisa, e Ensino Superior referenciadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Atualmente o NESSOP tem registrado na PROEX um Projeto guarda-chuva, ou seja, que congrega outros subprojetos. Este projeto maior é intitulado “Conhecer a realidade para transformá-la: articulação ensino-pesquisa-extensão em Serviço Social”. Sua linha central de ação está pautada na articulação dos Movimentos Sociais de Florianópolis e com formação sociopolítica, através do tripé constituinte do espaço universitário.

O Núcleo já teve alguns projetos que hoje não estão mais em execução, tais como: Experiências em Cena; Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais; e Tecendo Democracia Participativa na Cidade: Oficinas de Comunicação e Planejamento Participativo.

O projeto Experiências em Cena foi desenvolvido pelo NESSOP entre os anos de 2000 a 2006 na forma de sete eventos ao longo desses anos. Este projeto teve como público alvo os sujeitos envolvidos com associações de moradores e outras formas de organização popular. Os encontros tinham como objetivo de viabilizar o compartilhamento de experiências de ação coletiva e gestão por parte dos próprios sujeitos.

O Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais foi um projeto do NESSOP que esteve em execução entre os anos de 2009 a 2012. A proposta do CFP era de realizar ações de caráter permanente, desenvolvendo atividades de formação sociopolítica com o objetivo de fortalecer e qualificar a participação popular nos espaços públicos de decisão. O curso tinha como público alvo a sociedade civil organizada.

O projeto Tecendo Democracia Participativa na Cidade: Oficinas de Comunicação e Planejamento Participativo, desenvolvido no ano de 2013, foi uma proposta de dar continuidade ao CFP a partir de oficinas temáticas relacionadas à comunicação interna dos sujeitos envolvidos com conselhos comunitários, associação de moradores, fóruns e outros, aos processos de gestão e planejamento participativos, e ao controle social de políticas públicas, tendo como objetivo geral o desenvolvimento de atividades de formação sociopolítica, com o intuito de fortalecer a participação popular em espaços públicos de decisão e a consolidação da democracia.

Dentre os atuais projetos do NESSOP, salientamos o projeto “Conhecer a realidade para transformá-la: articulação ensino-pesquisa-extensão em Serviço Social”, que tem como objetivo geral “Oportunizar a interação dos estudantes do curso de Serviço Social da UFSC com a realidade dos moradores de áreas de interesse social de Florianópolis e Região, demandante da intervenção da Universidade nas dimensões da pesquisa e da extensão”. (NESSOP, 2014, p.2).

Os objetivos específicos do Projeto são subsidiar visitas dos estudantes às áreas de interesse social de Florianópolis e Região, de modo articulado ao conteúdo programático das disciplinas da primeira fase do Curso de Serviço Social; apoiar as atividades de elaboração do Projeto de Regularização Fundiária da Associação de Moradores do Alto Pantanal – AMPA; estimular o engajamento de estudantes no estudo sistematizado sobre os temas da política urbana e participação popular; organizar o acervo bibliográfico e documental do NESSOP; sistematizar e divulgar a experiência democrática-participativa do Fórum da Cidade na construção da política urbana em Florianópolis nos últimos 10 anos; socializar as experiências do NESSOP/UFSC na articulação da extensão às dimensões do ensino e da pesquisa nos fóruns específicos da área do Serviço Social e outras afins.

O Núcleo tem priorizado historicamente ações de cunho urbano em Florianópolis, por razões como possibilidades operacionais, pelas demandas mais comuns, dentre outras. Contudo, a partir das demandas dos movimentos e do

direcionamento político do Núcleo as atividades podem ser estendidas ao campo e ao Estado de Santa Catarina, como já ocorreu em outros momentos. Sendo assim, salientamos que não há a priori seletividade em termos de público alvo, sob nenhum critério de acesso que não seja demanda das organizações e movimentos supracitados.

O foco principal do NESSOP é o fortalecimento dos processos político-coletivos das organizações populares⁶ e movimentos sociais comprometidos com a democracia e com a participação plena. As bases teórico-éticas que se localizam em torno destes dois conceitos farão parte da conformação do projeto de intervenção proposto no Núcleo pelo presente estágio e será descrito posteriormente.

As organizações e os movimentos que demandam assessoria do NESSOP podem estar ligados prioritariamente à áreas diversas relacionadas as políticas públicas da cidade e do campo, podendo contribuir com efetivação de direitos e legislações diferentes, tais como: Política Nacional de Habitação; Política Habitacional de Florianópolis; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Política Nacional de Educação; Política Nacional de Saneamento Básico; Política Nacional de Atendimento às Pessoas em Situação de Rua, dentre outros.

No trabalho de fortalecer os processos político-organizacionais, a relação com as diversas políticas sociais está presente na forma de assessoria e não de execução. Vale salientar que a perspectiva do Núcleo é sempre de integralidade e intersetorialidade das políticas públicas e dos direitos sociais. Isto significa dizer que, mesmo atuando em alguns momentos mais próximos às políticas de planejamento urbano, a concepção do NESSOP é de acesso dos usuários e da coletividade aos bens e riquezas produzidos socialmente, portanto minimamente acesso digno à todos os direitos sociais.

Em razão de estar localizado na área da Educação, as atividades desenvolvidas pelo Núcleo na rede de serviços sociais está baseado na assessoria e na formação sociopolítica. O retorno imaterial às organizações populares e movimentos sociais envolvidos é a defesa da participação direta popular na construção dos processos democráticos⁷ e o fortalecimento dos sujeitos políticos e coletivos. Assim pode permitir, ainda que indiretamente, o acesso das pessoas envolvidas a direitos. O direito mais

⁶ Não há uma produção teórica clara, nem consensual sobre o conceito de organização popular. O NESSOP acolhe termo quando o nome do Núcleo passa a contê-lo, entendendo que faz referência a processos organizativos da classe trabalhadora.

⁷ Entendemos por participação o aumento do poder decisório das classes trabalhadoras na/pela na distribuição da riqueza geral produzida, o que se traduziria como democracia real. Ver mais em TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Que democracia? Soberania popular ou soberania do mercado?. In: Capitalismo em crise, política social e direitos. BOSCHETTI, Ivanete...[et al.] (Orgs.). – São Paulo: Cortez, 2010.

central é o da participação, principalmente concebida como acesso a todos os direitos relativos ao direito à cidade: saúde, educação, áreas verdes, cultura, mobilidade e acessibilidade, oportunidade de trabalho e renda, energia e moradia digna à todos.

É a partir da Extensão Universitária que se dá a relação entre a Universidade e a sociedade. Assim, compreende-se a extensão universitária enquanto uma possibilidade de a universidade dar respostas às demandas da sociedade, considerados inclusos os movimentos sociais.

A Política Nacional de Extensão Universitária, que foi construída no Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária de Universidades Públicas, apresenta um eixo sobre a articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais, que se dá através do:

Fortalecimento da Extensão Universitária e seu compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas formas de desigualdade e discriminação também são favorecidos pela articulação das ações extensionistas com os movimentos sociais. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 28).

Esta Política também coloca como central a importância da interação dialógica entre Universidade e movimentos sociais, compreendendo a Extensão não no sentido de transferir conhecimentos, mas de construir com os movimentos sociais novos saberes.

A participação e o controle social democrático também são o centro do trabalho do NESSOP, mas não diretamente com os conselhos de direitos, por exemplo, onde não se atua de forma isolada com atividades somente para este recorte. Diversos conselheiros participaram das atividades do NESSOP, como atividades de formação sociopolítica, mesmo que as atividades não tenham sido planejadas somente para eles.

A compreensão do Núcleo é de que os movimentos sociais são expressão do conflito e das contradições produzidas pela sociedade de classes, tendo desta forma o papel de fortalecer o viés político-organizativo de modo que possam enfrentar e cobrar de forma coletiva seus direitos.

Em 2014 e 2015, dentre as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social no NESSOP, estão: Assessoria aos Movimentos Sociais; Formação Sociopolítica; manutenção de um canal permanente de comunicação com os movimentos sociais; atividades relativas à gestão (reuniões ordinárias, processos coletivos de planejamento, e organização de acervos do Núcleo); e acompanhamento do Projeto de Regularização Fundiária do Alto Pantanal.

Particularizando uma das ações do projeto “Memória e conhecimento da realidade: o direito à moradia no Alto Pantanal – Florianópolis – SC”, faremos uma breve descrição do trabalho de assessoria que vem sendo feito junto à comunidade do Alto Pantanal, onde a Rua Deputado Antônio Edu Vieira, localizada no entorno da UFSC, dá acesso.

Desde o ano de 2013 o NESSOP está acompanhando o Projeto de Regularização Fundiária do Alto Pantanal. A demanda surgiu a partir das Oficinas do Projeto Tecendo Democracia, e partir de então o Núcleo acompanha as reuniões do Grupo de Trabalho do Alto Pantanal, que tem por objetivo possibilitar o debate e proposições sobre o ordenamento territorial e mobilização da comunidade do Alto Pantanal. O Grupo de Trabalho é composto por entidades comunitárias e setores da UFSC, suas reuniões sempre são divulgadas e têm presentes moradores, estudantes, professores da UFSC, lideranças comunitárias e interessados.

Em agosto de 2014 o NESSOP, após a demanda surgida a partir do Projeto Tecendo Democracia Participativa na Cidade: Oficinas de Comunicação e Planejamento Participativo, e o Grupo de Trabalho do Alto Pantanal construíram coletivamente um projeto que foi submetido ao Edital Pró-Social, lançado pela UFSC, porém, o projeto foi aprovado, mas não contemplado com verbas.

O Projeto intitulado “Memória e conhecimento da realidade: o direito à moradia no Alto Pantanal – Florianópolis – SC” tinha como objetivo Conhecer a realidade socioeconômica-espacial do Alto Pantanal em Florianópolis, com vistas à regularização fundiária daquela localidade. Dentre as atividades a serem desenvolvidas pelo projeto, estavam: levantamento da memória da comunidade do Alto Pantanal; pesquisa documental e bibliográfica; coleta de dados: pesquisa de campo; tabulação e organização de dados; produção de relatórios, e elaboração de artigos.

Mesmo que o projeto não tenha sido contemplado com verba, a proposta do NESSOP é continuar apoiando, e a partir de 2015 fazer o cadastro socioeconômico de todas as famílias residentes na comunidade, uma das atividades previstas no projeto.

Neste sentido o NESSOP configura-se como um espaço que, em meio da tendência de afastamento do Serviço Social com os movimentos sociais, continua trabalhando no sentido de fortalecer os movimentos sociais e capacitar os sujeitos envolvidos em organizações populares que lutam por direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho sobre a relação do Serviço Social com os movimentos sociais suscitou algumas considerações e apontamentos, e também nos trouxe informações interessantes que foram muito importantes para a sistematização deste trabalho, e tem a possibilidade de contribuir com análises e trabalhos posteriores, considerados os limites de um Trabalho de Conclusão de Curso na graduação.

Conforme recorte de revisão da literatura concernente, percebeu-se a um refluxo no que se refere à atuação profissional junto aos movimentos sociais na atualidade bem como a produção acadêmica sobre a temática. Assim, faz-se necessário pesquisar se os movimentos sociais tem demandado a intervenção do Serviço Social.

Buscamos assim, a partir do método crítico-dialético, fazer referências e articulações entre a historicidade e a totalidade para compreensão do tema aqui proposto, considerando inclusive a não linearidade e a contraditoriedade como premissas da análise na compreensão da realidade.

Neste sentido, compreendemos que, ainda que não completamente, o percurso do Serviço Social brasileiro passa por períodos de (des) continuidades, ou seja, de enfrentamentos e momentos de alianças junto aos movimentos sociais em razão das demandas societárias, da busca de respondê-las do ponto de vista teórico, técnica e politicamente, bem como do fato de o movimento sociohistórico de produção material da existência colocar às classes trabalhadoras determinadas condições de luta e de refração nas suas possibilidades de resistência.

Desta forma, apontamos que o Serviço Social tem atualmente apoiado, mesmo que por vezes, mais teórico-ético do que prático-interventivo, as classes trabalhadoras na condição de referencial último de ética. Contudo, a expressão deste apoio para desvelamento do real e organização não esteve sempre presente desde as origens da profissão no Brasil, pois ao propor centrar as ações profissionais em ajustar o sujeito à sociedade, significava entender que esta funcionava perfeitamente, cuja disfunção era proveniente apenas dos indivíduos. Assim, este enquadramento caberia ao Serviço Social tanto do ponto de vista ideológico quando material a partir principalmente da mediação com o Estado.

Atualmente, o projeto ético-político do Serviço Social é materializado pelas esferas formativa, política e normativa. As lutas da categoria em prol da distribuição de riquezas na sociedade representam a esfera política como parte integrante e

insubstituível dos objetivos fins do nosso projeto, vistas as particularidades de seu alcance, de conquistas no seio das práticas nas relações humanas. A esfera formativa viabiliza-se pela formação profissional, aqui entendida como realizada durante a graduação (Diretrizes Curriculares da ABEPSS) e por toda a vida ativa do profissional, de modo que tanto quanto o real seja compreendida como inesgotável. Tal projeto concretiza-se também, do ponto de vista jurídico-formal pelo Código de Ética do/a Assistente Social (1993), pelas supramencionadas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1993) e pela Lei que Regulamenta a Profissão (1993), de modo a balizar e facilitar a construção contínua da proposta.

O projeto foi construído pela categoria a partir dos debates e problematizações do processo de Reconceituação entre meados das décadas de 1960 e 1980, cujo período da ditadura militar intercedeu nas dificuldades de desenvolvimento deste projeto, e tendo sido a proposta concretizada do ponto de vista normativo a partir da década de 1990.

Vale salientar a relevante importância da aproximação brasileira e pela nossa profissão à teoria de Karl Marx, e seus intérpretes, com as primeiras traduções e publicações no Brasil, ocorridos também pela aproximação do Serviço Social ao meio e às lutas universitárias.

Apesar das imensas dificuldades ainda presentes na contemporaneidade, o Projeto revelou-se como uma busca articulada de superar o conservadorismo no seio da profissão e conceber a realidade social do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, compreendendo suas contradições. Desta maneira, o Serviço Social atualmente baseia majoritariamente as graduações, as lutas coletivas e o aparato normativo na teoria social crítica e traz posições teóricas e políticas que apontam para a busca de superação de todas as formas de opressão via construção de sociabilidade diferente ao capitalismo distribuidora das riquezas produzidas socialmente.

Do ponto de vista da relação teoria e prática, os desafios profissionais não surgem, contudo se aprofundam com a ofensiva planetária neoliberal e neoconservadora mais presentes no Brasil desde a década de 1990 e o governo de Fernando Collor de Mello, sobre as quais não nos debruçaremos porque não compõe diretamente nossos objetivos de estudo para a composição desta pesquisa de graduação.

A orientação desse novo projeto de profissão e de sociedade aparece com clareza, por exemplo, no Código de Ética que propõe para a atuação profissional a "opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova

ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 1993, p. 24), e "articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as" (CFESS, 1993, p. 24).

Assim, a relação do Serviço Social com os movimentos sociais e os processos de mobilização contestatórios e/ou entendidos como revolucionários é também evidenciada no ponto de vista normativo a partir do Código de Ética (1993), no direito do assistente social "apoiar e/ ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania" (art.12, alínea b) e "respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadores" (art. 13, alínea c).

Essa relação também é evidenciada pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993), que institui como competência do assistente social "prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade" (art. 4º, parágrafo IX).

O assistente social interfere nas relações cotidianas a partir do atendimento a diversas expressões da questão social vivida pelos sujeitos. Portanto, nas contribuições de Duriguetto (2014), um dos desafios da intervenção profissional é apreender como se manifestam as expressões da questão social na vida dos sujeitos, fortalecer formas de resistência, e o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta. Para isso, é preciso que o assistente social estimule a participação em organizações e movimentos sociais ou até mesmo fomentar a criação destes quando não existentes.

Certamente as práticas de assessoria aos movimentos sociais e formação sociopolítica instrumentalizam, fortalecem e capacitam os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais. Assim, se faz necessário enaltecer essas propostas sob a perspectiva contrária à ordem do capital.

Porém, o Serviço Social encontra na contemporaneidade grandes dificuldades também no que se refere a atuação junto aos movimentos sociais devido ao refluxo dos movimentos sociais de massa, que foram mais enfraquecidos pela ideologia pós-moderna.

Após esta breve pesquisa sobre a produção do conhecimento do Serviço Social e as pesquisas sobre eles realizado, principalmente na relação cotidiana com os

movimentos sociais, entendemos que a via de fortalecimento destes movimentos – notadamente quando caracterizados pelo enfrentamento à ordem do capital – é ponto estratégico no que tange às possibilidades que se apresentam nos processos de trabalho do assistente social, que, além de se inserir na constituição histórico-normativa da profissão, torna-se nos dias atuais um ponto nevrálgico na sociedade diante dos obstáculos que vem se apresentando às classes trabalhadoras, não somente na sua organização, mas nas formas e possibilidades de sobrevivência.

Portanto, a profissão tem substrato histórico, teórico e técnico-operativo para encontrar caminhos de atuação junto aos movimentos sociais para o adensamento das lutas sociais, ainda que consideradas as dificuldades particulares profissionais presentes em alguns espaços sócio-ocupacionais e áreas dos direitos sociais.

Ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso, percebeu-se que reafirmar a natureza deliberativa e propositiva da classe trabalhadora, tanto em espaços e decisões sobre os direitos sociais, quanto nos movimentos sociais, é parte constitutiva importante do trabalho do assistente social. Para além do lugar de apenas um executor das políticas sociais, ou, no caso do trabalho com os movimentos sociais, uma espécie secretário administrativo, ou ainda somente militante do movimento, pode ser um protagonista no exercício das práticas participativas plenas que tem por objetivo socializar o poder público, e na construção democrática enquanto distribuição da riqueza produzida socialmente, sendo possível transcender para um horizonte de luta por outra forma de sociabilidade.

Desta forma, compreendemos que o Serviço Social tem o permanente desafio da constante atualização e revisão das contribuições teóricas, técnicas e políticas, sendo necessária para isso uma capacidade de crítica e de autocrítica capaz de dar respostas aos atuais desafios societários colocados para a categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. Perfis pedagógicos da organização da cultura e a institucionalização do Serviço Social – demarcações do princípio educativo da prática do Assistente Social. In: ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo. As políticas Sociais e o Estado Democrático**. GENTILI, Pablo; SADER, Emir. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8662, de 07 de junho de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

COSTA, Edmilson. **Os movimentos sociais e os processos revolucionários na América Latina: uma crítica aos pós-modernistas**. (Disponível em: < <http://mundodosocialismo.blogspot.com.br/2012/04/os-movimentos-sociais-e-os-processos.html>>. Acesso em 26/03/2015).

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico**. 1.ed., São Paulo: Boitempo, 1999.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia, (Orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 177 – 194.

DURIGUETTO; Maria Lucia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo**. In Katálysis, Volume 15, nº 02, Florianópolis: Editora da UFSC, jun-dez-2012.

FREDERICO, Celso. Classe e lutas sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNb, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, Maria Eulália. Formação Profissional, Ética e Transformação Social. In: **Serviço Social e ética: convite a nova práxis / Dilsea A. Bonetti (org.)... [et. al.] – 6. ed. – São Paulo, Cortez, 2005.**

MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. *A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade*. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011.

NESSOP. **Projeto conhecer a realidade para transformá-la: articulação ensino-pesquisa-extensão em Serviço Social**. Departamento de Serviço Social/UFSC, 2014. (Documento não publicado).

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. – 3. Ed. – São Paulo : Cortez, 1996.

POLÍTICA Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Manaus, 2012.

RAICHELIS, Raquel; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Considerações a respeito da prática do Serviço Social em Movimentos Sociais* – Fragmentos de uma experiência. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano III – n.º8, p. 69-83 março de 1982.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia, (Orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 102 – 118.